



A COALIZÃO POLÍTICA NO ESTADO DO AMAZONAS PÓS-REBELIÃO TENENTISTA E INTERVENTORIA FEDERAL DE ALFREDO SÁ (1924-1925): A UNIÃO DA FAMÍLIA AMAZONENSE

THE POLITICAL COALITION IN THE STATE OF AMAZONAS AFTER THE TENENTISTA REBELLION AND FEDERAL INTERVENTION OF ALFREDO SÁ (1924-1925): THE UNION OF THE AMAZONIAN FAMILY

GIOVANNA CRISTINA FARIAS SANTOS¹

Resumo

O artigo tenciona analisar como a intervenção federal não rompeu com o passado oligárquico, mas antes o reconfigurou. À frente do poder executivo amazonense, Alfredo Sá foi incumbido de restaurar o mando constitucional, na sequência de acontecimentos que puseram fim ao “governo revolucionário” do tenente Ribeiro Junior (principal líder do movimento tenentista em Manaus, entre 23 de julho e 28 de agosto de 1924). A interventoria foi a oportunidade para que algumas facções das oligarquias amazonenses se repactuassem, no intuito de ocupar suas posições políticas perdidas, inclusive, anteriormente ao movimento liderado pelo tenente Ribeiro Junior. Visto que o Estado do Amazonas continuava a sofrer uma enorme crise econômica, que se refletia na vida política, o texto visa evidenciar, a partir do corpus documental pertinente, as iniciativas para a reorganização da economia e do aparelho administrativo do Amazonas, as quais teriam causado, por sua vez, grande oportunidade para a repactuação política entre setores oligárquicos, revelando a resiliência das elites políticas que voltariam a governar o Estado do Amazonas na última fase da Primeira República (1926-1930).

Palavras-chave: Rebelião Tenentista; Intervenção Federal no Amazonas; Interventoria de Alfredo Sá; Repactuação Oligárquica.

Abstracty

The article intends to analyze how federal intervention did not break with the oligarchic past, but rather reconfigured it. At the head of the Amazonian executive power, Alfredo Sá was tasked with restoring the constitutional rule, following events that put an end to the "revolutionary government" of Lieutenant Ribeiro Junior (the main leader of the tenentista movement in Manaus, between July 23 and August 28, 1924). The intervention was the opportunity for some factions of the Amazonian oligarchies to renegotiate, in order to occupy their lost political positions, even before the movement led by Lieutenant Ribeiro Junior. Since the State of Amazonas continued to suffer an enormous economic crisis, which was reflected in political life, the text aims to highlight, from the pertinent documentary corpus, the initiatives for the reorganization of the economy and the administrative apparatus of Amazonas, which would have caused, in turn, a great opportunity for political renegotiation between oligarchic sectors, revealing the resilience of the political elites who would return to govern the State of Amazonas in the last phase of the First Republic (1926-1930).

Keywords: Tenentista Rebellion; Federal Intervention in Amazonas; Intervention of Alfredo Sá; Oligarchic Renegotiation.

¹ Graduada em Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal do Amazonas e Pós-Graduada em Metodologia de Ensino de História pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci. E-mail para contato: giocrislpc@gmail.com



Introdução

Em sua obra clássica *A Rebelião de 1924 em Manaus*, a historiadora Eloína Monteiro dos Santos (1990) fez uma breve exposição acerca das circunstâncias imediatas ao fim do movimento tenentista de 1924 em Manaus, as quais levariam o Congresso Nacional autorizar a intervenção federal no Estado do Amazonas, por parte da União. A autora esclarece que essas circunstâncias foram a renúncia de Turiano Meira – então presidente da Assembleia Legislativa e governador em exercício, que havia sido deposto pelos tenentes –, bem como as recusas do vice-presidente da Assembleia Legislativa amazonense e do presidente do Tribunal de Justiça do Amazonas em assumirem, na respectiva sequência, o poder executivo estadual.

Com este imbróglio administrativo, considerando que o Estado do Amazonas vivenciava uma “anormalidade constitucional”, o senador Aristides Rocha levou ao Senado Federal a proposta de que o Amazonas sofresse intervenção federal. Ganhando adesão de várias facções das elites amazonense, essa proposta foi aprovada no Senado, autorizando o Governo Federal a executar a referida intervenção. Foi este o contexto em que se inseriu, na função de interventor, o magistrado mineiro Alfredo Sá.²

Não se deve esquecer, todavia, que a solução política imposta pelas instâncias federais ao Estado do Amazonas não implicou, necessariamente, a busca por qualquer mudança em sua estrutura econômica – uma vez que esta continuou baseada principal, mas não somente, na produção de borracha silvestre, que vivenciava uma grande crise. Em outras palavras, a solução pela interventoria federal no Amazonas não esteve à parte da fase de “longa decadência” da produção gomífera na Amazônia, conforme caracterizada pela historiadora Barbara Weinstein³. A intervenção federal não significou, também, que o domínio social no Amazonas fosse alterado, dado que suas oligarquias⁴,

² Cf. BITTENCOURT, Agnello. **Dicionário Amazonense de Biografias. Vultos do Passado**. Rio de Janeiro, Conquista, 1973 (Verbetes “Alfredo Sá”, p. 58-60).

³ A fase de longa decadência é um conceito que tange às reverberações do cenário de declínio da indústria gomífera na Amazônia na década de 1910. WEINSTEIN, Barbara. **A borracha da Amazônia. Expansão e Decadência (1850-1920)**. São Paulo, HUCITEC/EDUSP, 1993, p. 78-104.

⁴ Aqui, seguimos o emprego dado por Eloína Monteiro dos Santos sobre o conceito de “oligarquia”, a partir das concepções, respectivamente, do cientista político Décio Saes e do historiador Edgar Carone. O primeiro considera que oligarquia é um “grupo de dominação cujo poder político real emana da propriedade da Terra e do consequente controle que exerce sobre o comportamento dos que nela trabalham”. SAES, Décio – **Classe Média e Política na 1ª República Brasileira (1889-1930)**. Petrópolis, Vozes, 1975, p.9. Edgar Carone diferencia oligarquia em dois grupos que se desenvolveram na República: “os grupos oligárquicos dos Estados mais adiantados e dos Estados menos ricos. Nos primeiros, uma diferenciação social e econômica a mais acentuada faz das oligarquias, que se manifestavam através dos órgãos de direção do PRs, um elemento do equilíbrio. O partido e, indiretamente, a oligarquia que o sustenta, tem sua estabilidade e continuidade garantida pela acomodação de interesses. Nos últimos, não obstante a existência



embora deixassem de ocupar, por um breve período, o comando político deste ente federativo da República dos Estados Unidos do Brasil, continuaram sendo sua camada social dominante, com a qual o interventor necessitava dialogar. O período da Intervenção Federal no Amazonas foi, na verdade, um período de pacificação entre as facções oligárquicas, uma vez que:

Alfredo Sá apresentou uma proposta de unificação partidária, que foi consolidada a 12 de março de 1925. Assim, a Intervenção Federal no Amazonas deu lugar à recomposição das forças políticas estaduais, com a aliança das facções Nery, Guerreiro Antony, Dorval Porto, Efigênio de Salles e Monteiro de Souza, o que significava um novo pacto entre antigos oligarcas e outros que, a partir desse momento, com aqueles dividiriam o poder. (Santos, 1990, p. 91).

Para compreender os processos situacionais influenciados pela interventoria e suas repercussões no Amazonas, o estudo fundamenta-se, primeiramente, na concepção de elite política de Bobbio (1998), focada na minoria detentora da capacidade de tomar e impor decisões coletivas. Essa estrutura de poder é analisada em conjunto com as reflexões de Berstein (2003) e Tavares (2011) sobre a resiliência das elites e o papel dos partidos como aglutinadores de interesses em contextos de crise. Complementarmente, a retórica de pacificação é examinada à luz do conceito de lugares de memória de Nora (1993), ferramenta essencial para desvelar como o discurso de “união da família amazonense” operou como um dispositivo simbólico, destinado a consolidar o novo pacto político ao mesmo tempo em que promovia o silenciamento das rupturas e conflitos passados.

Este artigo tem como principal fonte a imprensa, que tornou-se uma das mais importantes fontes de pesquisa para o historiador e, nesse trabalho, adotaremos uma abordagem qualitativa histórico-documental. O corpus documental é constituído por dois periódicos chave da imprensa amazonense: o Diário Oficial do Estado do Amazonas que reflete a visão e as ações institucionais da nova administração interventora e a moralização promovida, e o Jornal do Commercio, que por sua vez, oferece as opiniões das elites comerciais e políticas envolvidas na disputa.

Marialva Barbosa (2007, p. 9,) afirma que, para construir uma história da imprensa, se faz necessário compreendê-la *“como processo complexo no qual estão*

de PRs, domina a vontade de um grupo ou famílias – partido representa vontades particulares e não o resultado do equilíbrio entre facções”. Veja-se: **A 1ª República Velha (1889-1930)**. Texto e Contexto. São Paulo, DIFEL, p. 151.



engredadas relações sociais, culturais, falas e não ditos, compete ao historiador perguntar pelos silêncios e identificar no que não foi dito uma ação de natureza muitas vezes política". Portanto, os periódicos serão abordados tendo em vista seu local enquanto empresa e veículo de propagação de opiniões.

Sob essa perspectiva, abordaremos os antecedentes e a interventoria de Alfredo Sá no Amazonas, um período que se estende de dezembro de 1924 a dezembro de 1925. É diante desse cenário de crise e rearranjo que se estabelece o problema central deste artigo: de que maneira a intervenção federal de Alfredo Sá no Amazonas atuou como catalisador e mediador na reestruturação das práticas políticas e na recomposição das facções oligárquicas manauaras? O objetivo é evidenciar a resiliência das elites locais e suas estratégias para manter o poder, além buscar compreender o impacto dessas mudanças na sociedade local. Para tanto, articulamos a história política, história econômica e análise das elites, buscando preencher a lacuna histórica sobre essa fase singular da vida política e administrativa do Estado.

Os antecedentes que levaram à interventoria

A crise da borracha: a longa decadência

O conceito de "longa decadência" de Bárbara Weinstein (1993, p. 78-104) concerne ao cenário de declínio da indústria gomífera na Amazônia na década de 1910, acreditava-se que a queda dos preços e suas consequências se davam por conta da redução da demanda repentina e por uma especulação perniciosa, problemas que na visão dos amazônicos teriam soluções através da valorização que indiscutivelmente precisaria de apoio governamental, entretanto, o novo sistema político-republicano trouxe pouca melhora, segundo a perspectiva federalista, para a região amazônica.

A descentralização que distribuiu a receita pública também deixou o financiamento de projetos econômicos sob responsabilidade de cada Estado. Certo que havia disponibilização de recursos federais, entretanto, as elites paulistas e do centro-sul eram privilegiadas nesse quesito por possuírem o controle das finanças nacionais (Weinstein, 1993, p. 250). A questão da proteção e do plantio da seringueira estava na forma de urgência logo que os preços despencaram, mas os Estados amazônicos estavam de mãos atadas com a queda simultânea das receitas para que pudessem financiar propostas de desenvolvimento, priorizando suas despesas.



É preciso destacar que as propostas surgiam para tentar solucionar esse entrave. Algumas medidas sugeridas pelos amazônicos poderiam ser eficientes, mas é conhecido também que o comércio da Amazônia produzia um impacto pouco significativo aos demais setores econômicos do país: A elite investia mais em sua própria região, a grande maioria dos gêneros alimentícios e as manufaturas eram locais ou do exterior, a população diminuta, além do seu produto ser vendido em sua maioria para o exterior, o que alocava a Amazônia na periferia da economia nacional (Weinstein, 1993, p. 259). Outro fator é o surgimento de elites capitalistas – de São Paulo e aliados do Centro-Sul, como dito anteriormente – que mantinham o monopólio do governo na União para privilegiar suas áreas:

É bem verdade que os estados do café com leite buscavam também avidamente obter leis especiais e benefícios financeiros, mas podiam argumentar com muita razão que o negócio do café constituía a base de toda uma rede de empreendimentos agrícolas e industriais relacionados entre si, de potencial econômico e incomensurável. Em contraposição, o colapso do mercado da borracha silvestre teria previsivelmente poucas repercussões para o resto do Brasil. (Weinstein, 1993, p. 260).

A crise da borracha agravada pela superação da borracha asiática em 1912, e suas repercussões na década de 1920, expuseram a decadência da estrutura urbanística e provocaram uma série de falências econômicas no Amazonas. A exportação de borracha entrou em declínio exponencial, reduzindo drasticamente as receitas e empobrecendo as oligarquias locais que, por sua vez, aguardavam uma solução proveniente do poder central.

A questão da borracha era ainda mais prejudicada pela ausência de união política, a dívida do Amazonas aumentava devido aos empréstimos contraídos no exterior, resultando em um estado de endividamento total, ao passo que o poder central se mostrava indiferente. O governo do Amazonas, incapaz de gerar receita suficiente, não supria as necessidades urgentes da administração.

Assim, sem apoio substancial do governo federal, e diante da inviabilidade de ajuda da administração estadual, a elite amazônica voltou-se para o uso de seus próprios recursos, sucumbindo junto com a economia. A cidade de Manaus sofria com o desemprego, enquanto o interior enfrentava banditismo e ataques a propriedades (Santos, 1990, p. 40).



Governo de César Augusto do Rego Monteiro

A crise econômica se alastrava pelo Amazonas, agravada com a continuada queda do preço da borracha no mercado internacional e em seguida com a Primeira Grande Guerra Mundial (1914-1918). Nesse contexto, o Estado do Amazonas encontrava-se em um cenário de instabilidade política coordenada por um regime oligárquico onde as lideranças locais se debatiam pela disputa do poder.

Havia um acirrado debate entre oposição e situação, o cenário político era marcado por trocas de acusações e disputas entre facções políticas, sob o pretexto de uma moralização política. O aumento das desigualdades sociais e o desemprego eram resultados do quadro vigente da busca pela perpetuação do poder através da utilização da máquina pública para benefícios próprios. Sobre esse momento inicial da História do Amazonas republicano, Orange Matos Feitosa destaca que:

No Amazonas, o advento da República apenas desenvolveu as divergências políticas iniciadas nos anos finais do Império, conduzindo os antagonistas aos entrechoques armados, que representaram em parte uma luta pessoal para garantir os cargos da administração vigente e assegurar um lugar na política local. (Feitosa, 2008, p. 69).

Desde o governo de Jonathas Pedrosa (1913-1916) as desavenças internas entre grupos e subgrupos no poder só aumentavam. Muito antes de findar o governo de Pedro Bacellar (1917-1920), a questão de seu sucessor já se encontrava publicamente posta. A convenção do Partido Republicano Amazonense que aprovou o nome de Cesar Augusto do Rego Monteiro (1863-1933)⁵ como candidato a governador, foi realizada em 21 de abril de 1920, que, com rápida ascensão, é considerado como oligarca de primeira ordem (Carone, 1978, p. 151). Esse processo se deu por meio de um processo longo:

Depois de muitas idas e vindas e da interferência do presidente da República, que, inicialmente, procurou um nome de consenso entre os políticos locais sem sucesso. Durante estas tratativas, Rego retirou-se da campanha e sugeriu que o candidato fosse o general Dantas Barreto, (...) depois de muitas resistências de líderes locais, o presidente da República e o governador Bacellar resolveram adotar o nome de César do Rego Monteiro, o que, diante-mão, asseguraria a sua eleição. (Braga, 2022, p. 75).

⁵ César do Rego Monteiro, natural do Piauí, dirigiu-se a Manaus, no fim do século XIX, Exerceu a magistratura no interior do Estado e chegou a ser Presidente do Superior Tribunal de Justiça. Foi eleito Senador Federal, em 1913, e Governador do Estado do Amazonas para o quadriênio 1921-1924. BITTENCOURT, *op. cit.*, Verbete “Rego Monteiro”, p. 432.



A posse de Rego Monteiro gerou conflitos entre o Partido Republicano Amazonense e a Assembleia Legislativa, para manter seu governo estadual nesse contexto de intensa fragmentação entre oposição e situação, o então governador buscou assegurar sua base por meio da centralização do poder e de amplas concessões de terras.

No meio de grande turbilhão político, econômico e social, Rego Monteiro pediu licença médica de um ano à Assembleia para tratamento fora do país e com isso deveria encerrar o governo fora do cargo. Assim, o cenário era dos mais graves, o governo sem base política para se sustentar, o funcionalismo sem salários, as obras paralisadas e o governador titular fora do Estado (Braga, 2022, p. 75).

Pairavam ainda boatos sobre nepotismo, uma vez que, agravando mais o quadro político interno, Rego Monteiro nomeou todos os filhos para os postos mais elevados do governo afirmando que se tratavam de rapazes de capacidade intelectual, como descreve Agnello Bittencourt (1973, p. 201). Um dos grandes exemplos foi seu genro, o médico e deputado estadual Turano Chaves Meira, que se tornou presidente do poder legislativo estadual no mandato governamental do sogro:

O fato é que, já na condição de deputado, médico reconhecido e regista Turiano Meira causou-se com a Amarilys de Rezende do Rego Monteiro, filha de César do Rego Monteiro e de Elisa de Rezende do Rego Monteiro. (...) Menos de um ano depois, em 6 de janeiro de 1922, Turiano foi eleito presidente da Assembleia, (...) esse ajuste que se fez aos fatos comumente referidos não retira, entretanto, o caráter de influência direta do governador na escolha do presidente do parlamento estadual. Ao contrário, pode sugerir prêmio ao novo membro da família. Essa escolha ganha relevância porque, inexistindo a figura do vice-governador em razão de reforma constitucional, Turiano era o substituto legal de Rego Monteiro do governo do estado e nessa condição assumiria, como assumiu, a chefia do poder executivo quando de seu afastamento em fim de 1923 e assim permaneceu até a interrupção do mandato em razão da revolução militar em 23 de julho de 1924. (Braga, 2022, p. 77).

Como destaca Braga (2022, p. 75), não se pode desconsiderar que, durante o governo Rego Monteiro, a gestão tomou rumos críticos: em vez de rever conceitos políticos de administração, contratos de obras, serviços e favores com cofres públicos, seguiu em direção oposta e favoreceu ainda mais os apaniguados sócios do palácio, empobreceu os funcionários públicos e paralisou a ação do Estado.

Rego Monteiro controlava o governo com mão de ferro, estendida pela presença de familiares nos cargos mais importantes da administração e no comando partidário. Manteve o Partido Republicano Amazonense sob sua presidência, onde posicionou estrategicamente amigos e familiares:



Uma conferência das notícias de jornal relativas às reuniões do Partido Republicano Amazonense Republicano permite comprovar, por exemplo, que, em meados de 1922, Rego foi eleito presidente do partido e o diretório ficou composto por Mário do Rego Monteiro, pela seccional de Itacoatiara; Sylla do Rego Monteiro, por Boa Vista do Rio Branco; Edgar do Rego Monteiro, por Coari; Cláudio do Rego Monteiro, por Lábrea; Turiano Meira, por Parintins; além dos fiéis amigos Alcides Bahia, Joaquim Tanajura e Benjamin de Souza, também posicionados na chefia da agremiação, ou seja, fica bem caracterizado o controle familiar partidário. (Braga, 2022, p.79-80).

O que ocorria, de acordo com a síntese de Eloína dos Santos (1990, p. 74), era que, de um lado a oligarquia Rego Monteiro procurava garantir de todas as maneiras a sua continuidade, travando em nível estadual uma disputa acirrada. Por outro, as facções alijadas do poder não reuniam condições de liberar uma luta que destituísse o grupo dominante.

Assim, não seria exagero afirmar que, o período de César Rego Monteiro no Governo do Estado, conforme demonstrado, se consolidou como uma oligarquia política e familiar. Em suma, os inúmeros privilégios da facção, os consecutivos atrasos nos vencimentos do funcionalismo público, além da forte crise econômica enfrentada pelo Estado, foram aspectos que compunham uma conjuntura que impulsionaram um sentimento de insatisfação nas camadas populares.

A Rebelião Tenentista de 1924 em Manaus

A sociedade brasileira situada na década de 20 passava por um período de intensas mudanças, o país se encontrava envolto de crises e transições que repercutiram nos mais variados âmbitos, o movimento Tenentista foi uma das respostas à essas rupturas. O ano de 1922 em especial, reuniu uma série de eventos que mudaram significativamente o panorama político e cultural brasileiro, a Semana de Arte Moderna, a criação do Partido Comunista, o movimento tenentista, a comemoração do centenário da independência e a própria sucessão presidencial foram indicadores importantes dos novos ventos que sopravam, e colocavam em questão os padrões culturais e políticos da Primeira República (Ferreira; Pinto, 2006, p. 1).

Após o fracasso dos 18 do Forte do levante militar de 1922, ocorreram transferências para desarticular militares rebeldes para outras capitais e Manaus foi uma das escolhidas. Estes militares se organizaram para o novo levante com uma ação sistemática de aliciamento, procurando se articular com as guarnições de outras regiões.

O motim militar no Baixo Amazonas se originou em terreno fértil para revolta, a ocasião foi propiciada pela questão situacional que pairava sobretudo em Manaus. Os



tenentes encontraram no contexto daquela sociedade uma oportunidade, houve um encontro do que o movimento tenentista propunha nacionalmente com as carências e urgências demandadas pela região. Seus objetivos visavam principalmente a moralização do regime republicano e a diminuição da corrupção dos governos locais e nacionais.

A Rebelião em Manaus iniciou-se em 23 de julho de 1924 deflagrada por militares da guarnição do 27º B/C e da Flotilha do Amazonas, os rebelados conquistaram a capital do Estado, depuseram o governo, e logo se organizaram para estender a revolta até região de Óbidos, no Estado do Pará, com o objetivo de conquistar Belém, consolidar a Revolução na Amazônia e atingir o governo federal do então presidente Arthur Bernardes.

Apesar da ligação entre militares e civis opositores, não houve uma articulação política conjunta, e as ações dos militares foram realizadas em sigilo, com a expectativa de que o movimento receberia apoio popular apenas quando eclodisse.

Com a queda do governo e o sucesso da Revolução dos Tenentes, em Manaus as vinganças contra os vinculados ao regime decaído foram de toda ordem, incluindo o saque a residências de "reguistas". Em Belém foram apreendidos dois carros de Rego Monteiro para o Tributo da Redenção, criado pelo governo revolucionário para recompor as finanças e bens do poder público. O impacto simbólico dessas ações, que buscavam a moralização por meio da expropriação, gerou grande temor nas elites (Braga, 2022, p. 85).

As primeiras medidas da revolta foram as prisões de pessoas e autoridades ligadas ao grupo Rego Monteiro, além da tomada de estações telegráficas e telefônicas para isolar a comunicação, a tomada do vapor Bahia do Loyde Brasileiro, que estava no porto e seguiria para o sul para combater rebeldes de São Paulo, e também o bloqueio dos acessos fluviais, acarretando no isolamento de Manaus do resto do Brasil por mais de um mês (Santos, 1990, p. 57).

A tentativa de demonstrar legitimidade foi frustrada quando os sucessores imediatos de Turiano Meira, o Presidente do STF e vice-presidente da Assembleia Legislativa se recusaram a compor o novo governo. Então a decisão de efetivar o tenente Ribeiro Júnior como governador veio à tona.



O governo do 1º Tenente Alfredo Augusto Ribeiro Júnior⁶ tem início no dia 24 de julho e seguiu até 28 de agosto em Manaus, tendo como um dos principais elementos o “Tributo da Redenção”⁷, uma medida emergencial que ganhou popularidade, sendo responsável pelo apoio do funcionalismo público e dos comerciantes, consistia em confiscos bancários e leilões de bens móveis que foram usados para pagar o funcionalismo público.

Simultaneamente aos avanços de Ribeiro Jr, o Governo Federal reprimia os rebeldes de São Paulo em fins de julho de 1924, preparando-se para dominar a revolta que eclodiu em Manaus, que por sua vez necessitava de uma organização mais estruturada. Assim, programaram um ataque decisivo e simultâneo das Forças da Artilharia Naval e Aeronáutica em Óbidos a 26 de agosto de 1924, conseguindo a rendição geral dos militares rebeldes.

Em 28 de agosto as Forças do Destacamento do Norte dirigiram-se a Manaus. Após a prisão do Tenente Ribeiro Júnior, os demais chefes, e seus companheiros militares e civis, encerrava-se no Amazonas a Revolução. Nesse quadro, as oligarquias que prestavam apoio aos militares se organizavam contra um possível retorno do grupo de Rego Monteiro ao poder, apostando em uma Intervenção Federal como solução para a problemática do momento.

Em 5 de setembro de 1924, o Jornal do Commercio apresentou a renúncia do desembargador e presidente do Superior Tribunal de Justiça, Sá Peixoto, do PRC – partido de Nery -, quando convidado a assumir o governo do Estado, alegando que preferiria subscrever um delegado completamente estranho à política amazonense. Em seguida à renúncia, os deputados da Assembleia legislativa assinam a 4 de setembro de 1924 a renúncia de seus cargos, discursando que a Intervenção Federal seria de fato a solução para as questões de ordem política, econômica e financeira do Estado.

A situação geral de desordem no Estado pelas lutas políticas entre oligarquias e grupos menores estavam tão inflamadas que, após o período mais agudo da rebelião e da presença impositiva de tenentes na capital, a única fórmula mais aceita por todas as

⁶ Alfredo Augusto Ribeiro Junior nasceu na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, no dia 14 de maio de 1887. Com sua transferência para Manaus haveria de ocorrer uma profunda transformação no destino do militar, e na vida política e administrativa do Amazonas. BITTENCOURT, *op. cit.*, (verbete “Ribeiro Junior”, p. 433-437).

⁷ O “Tributo da Redenção”, consistia em levantar, do Banco do Brasil, parte dos depósitos dos *decaídos* (...) Destinava o governador militar que o resultado da coleta sumária e ilegal entrasse para o Tesouro do Estado, a fim de auxiliar o pagamento aos funcionários públicos, pensões, etc. em grande atraso”. *Ibid.*, p. 435.



lideranças tradicionais do Estado foi a intervenção federal decretada pelo presidente da República.

Conforme discorre a síntese de Eloína dos Santos (1990, p. 87) a providência constitucional que cortinava o verdadeiro receio dessas oligarquias era: o retorno de Rego Monteiro. A justificativa do projeto de Intervenção Federal no Amazonas foi então apresentada por Aristides Rocha⁸, a 20 de setembro de 1924, ao Senado Federal, fundamentando-se no fato de estar o Amazonas em anormalidade constitucional, seus poderes executivos e legislativos.

Assim, a Intervenção Federal se consolidou, não apenas como um mecanismo de repressão à rebelião tenentista, mas como um instrumento de contenção da fragmentação oligárquica, sublinhando a fragilidade política local e sua dependência inegável do Poder Central.

O período da interventoria de Alfredo Prates de Sá

O Dr. Alfredo Sá nasceu em Grão-Mogol, no Estado de Minas Gerais, no dia 11 de dezembro de 1878. Sá sagrou-se ao longo de sua atuação política e com o histórico de realizações em seu Estado, um político experiente que, segundo Agnello Bittencourt (1973, p. 58-60): *“suas qualidades, seus atributos e suas virtudes, tantas vezes comprovados, o indicavam, sem dúvida, para outros postos na vida republicana”*.

Foi quando, deposto no Amazonas o governo Rego Monteiro, atendendo às circunstâncias e às solicitações das autoridades superiores do Estado, o Presidente da República pediu ao Congresso Nacional autorização para intervir, a fim de manter a forma republicana. Apresentado e aprovado o respectivo projeto, foi sancionado pelo decreto número 4.860, de 29 de setembro de 1924, ao qual se seguiu o decreto número 16.624, de 1 de outubro de 1924, expedindo instruções ao Interventor Federal no Estado do Amazonas. Nomeado em outubro, foi empossado em 27 do mesmo mês, assumindo no dia 2 de dezembro de 1924.

Segundo a tese de doutoramento de Orange Feitosa (2015), o interventor encontrou o Estado endividado e incapaz de saldar suas dívidas, em descrédito no país e no estrangeiro, vítima de abusos políticos e corrupção administrativa, somado à

⁸ O Dr. Aristides Rocha nasceu em 9 de agosto de 1882, na cidade de Piracuruca no Piauí e faleceu em 13 de setembro em Manaus. Em 1924, em razão da renovação do terço do senado, é reeleito pelo Amazonas, fazendo parte da Comissão dos 21, encarregada de estudar as “emendas” à Constituição. BITTENCOURT, *op. cit.*, (verbete “Aristides Rocha”, p. 103 - 105).



depreciação da exportação do látex, somente um trabalho honesto e moroso poderia alterar aquela conjuntura. Alfredo Sá inicia então no dia 4 de dezembro de 1924 a obra de recomposição dos quadros administrativos do Estado. Na Mensagem do interventor federal à Assembleia de 15 de dezembro de 1925, é possível verificar a ordem sequencial de seus feitos e uma autoanálise sobre sua interventoria.

No referido documento discursou inicialmente que a política do Amazonas passava por um momento de retorno da vida constitucional do Estado, restabelecendo o funcionamento de seus poderes, que estavam suspensos por mais de um ano por conta dos “*acontecimentos criminosos que subverteram a ordem pública do Amazonas*”, em seguida, orgulhosamente o interventor se parabeniza por iniciar um regime de paz, ordem e labor:

Esta foi a verdadeira significação do motim de 23 de julho em Manaus, cujos promotores não visavam os sagrados interesses do povo amazonense, mas tão somente satisfazer ambições pessoais e paixões subalternas contra os altos poderes da República. (...) Dominada a revolta, verificou-se o desaparecimento do poder legislativo, pela renúncia de seus membros, e do poder executivo, pela recusa dos substitutos constitucionais do governador licenciado no estrangeiro em assumir o exercício do cargo. (Amazonas, Mensagem à Assembleia Legislativa do Estado em reunião extraordinária, 15 dez. 1925, p. 6).

O interventor denunciou o cenário de desmonte em que se encontrava a administração pública, pontuando a desorganização dos servidores, o nepotismo, as custosas despesas e salários altos dos superintendentes e funcionários, a deficiência na fiscalização, no cuidado dos materiais e prédios das instituições, segundo ele: “*era isso uma consequência da desorganização geral interna em que se debatia o Estado e na qual não havia direitos a respeitar e nem deveres a cumprir*” (Amazonas, 1925, p. 13).

Deu início a medidas na fiscalização da arrecadação das receitas estaduais, evitando os processos de fraude na Recebedoria, por parte dos fiscais e das Casas exportadoras. Constatou que não existia em Manaus um fiscal alfandegário para vistoriar o beneficiamento da borracha destinada aos armazéns privados e a castanha (Amazonas, 1925, p. 8-9).

Assim, ordenou a realização da fiscalização e encerrou atividades da cobrança de impostos por parte da Associação Comercial do Amazonas, colocando-a na responsabilidade da Recebedoria de Rendas Públicas, também solicitou os balancetes mensais dos fiscais aduaneiros que demoravam meses ou anos para enviá-los ao Governo.



Partindo disso, reformou o quadro de funcionários, substituindo e contratando novos colaboradores para fiscalização nos postos para controlar as coletorias fiscais e o contrabando, resultando “*no aumento das rendas de quase todas as repartições fiscais*” (Amazonas, 1925, p. 11), e no pagamento dos salários atrasados dos servidores públicos ativos e inativos.

No dia 2 de abril, após quatro meses que assumira a administração do Estado do Amazonas, apesar de ter encontrado no tesouro apenas a soma de mil quatrocentos e noventa contos de réis quando entrou em exercício de seu auto cargo, conseguiu pagar ao Funcionalismo Público da Capital e do Interior desde o mês de novembro de 1924, alguns meses aos inativos e pensionistas, além de vários outros pagamentos avulsos de meses e anos atrasados.

Os serviços públicos foram, em sua absoluta maioria, reformados e remodelados, foram executadas várias obras, como a adaptação da penitenciária do Estado, novas instalações de luz e outras obras no Teatro Amazonas, concertos na estrada de rodagem, reparos e pinturas do quartel da Força Policial do Estado, e vários concertos em outros prédios do estado, como o Superior Tribunal, o Ginásio Amazonense e outros grupos escolares, Secretaria do Estado, Tesouro Público, Imprensa Pública, Arquivo, Biblioteca Estadual, Palácio da Justiça, Instituto Benjamin Constant, as pontes da Avenida Sete de Setembro, do bairro da Cachoeirinha e da estrada de Campos Salles, e estendeu a rede de energia elétrica até os bairros de São Raimundo e Constantinópolis:

Como se vê, e apesar de ter o período da intervenção iniciado já no fim da safra da Borracha e de ter sido pela quarta parte a produção da castanha, que são as duas principais fontes de renda do Estado, os pagamentos vão sendo feitos em dia e com margem ainda para se pagarem meses atrasados e se fazerem as obras mais necessárias nos edifícios públicos que vão sendo executados conforme as exigências de sua conservação. (Diário Oficial do Estado do Amazonas, Anno XXXIII, nº 9031, 7 de abr. 1925, p. 5).

Acerca da instrução pública, foram criadas 37 escolas primárias, sendo 3 na capital e 34 no interior, criaram-se nos grupos escolares de Manaus 13 subclasses. Foi estabelecido um grupo escolar em Porto Velho e reestabelecido o de Humaitá. Na capital foi inaugurado o grupo escolar Presidente Bernardes, no bairro de Silva Ramos, que se encontrava abandonado e em ruína pela ação do tempo; sobre a obra, o Diário Oficial do Estado do Amazonas (1925, p. 5) registrou que ela “*foi, tem sido, cuidada desde o lado do Governo da Intervenção Federal. É um dos grandes padrões da sua obra*



reconstrutora do estado”. Com essas obras e com a construção do grupo, o presidente Bernardes dispendeu ao governo da Intervenção Federal para mais de 300 contos de réis.

Na esfera administrativa, expediu decretos alterando e consolidando disposições de diversos regulamentos. Subordinando-os mais diretamente ao governo, para fiscalização mais imediata, simplificando seu funcionamento, remodelando os serviços públicos e dando-lhes mais eficiência na organização, expediu os regulamentos: da Secretaria Geral do Estado e sua respectiva Diretoria; do Tesouro Público; da Recebedoria de Rendas; do imposto de Consumo de Bebidas Alcoólicas e Tabaco; do imposto de Industrias e Profissões; de Terras, Obras Públicas, Indústria e Viação; da Diretoria do Arquivo, Biblioteca e Imprensa Pública; da Guarda Civil da Capital; do Serviço de Veículos da Capital; e de Diversões Públicas.

Alfredo Sá observou que nas Intendências municipais de Borba, Barcelos, Tefé e Canutama a negligência se alastrava e as rendas eram consumidas pelos administradores, os cargos públicos inchavam e a população era ignorada: *“dos 28 municípios existentes não se salva meia dúzia que tenha administração honesta e proveitosa. (...) As rendas são consumidas pelos administradores municipais em seu proveito pessoal e no de seus amigos e protegidos”* (Amazonas, 1925, p. 99).

Essas reformas não visavam apenas a eficiência administrativa, mas a reorganização do poder territorial. A intervenção agiu para disciplinar a apropriação dos recursos, como evidenciado pelo manejo das terras devolutas, que sofriam invasões e arrendamentos ilegais por particulares e Casas exportadoras. Logo, o interventor exigiu que os arrendatários se tornassem aviados e vendessem a produção para o Governo. Por esse motivo decretou a apreensão dos produtos retirados desses terrenos e os vendeu em hasta pública:

Os solicitantes alegaram diferentes fins para o uso dessas terras com intenção de obterem o menor valor e ocuparem toda a região do Rio Negro e seus afluentes sem proceder com a regulamentação da posse; e mais uma vez compeliu-os a legalizarem a propriedade coibindo esses abusos mediante pagamento, limitou a área e aumentou o preço das terras. (Feitosa, 2015, p. 205-206).

Entretanto, apesar de ter aumentado a receita e reduzir as despesas, o resultado que a administração trouxe à economia quase desaparece na volumosa responsabilidade de juros de empréstimos externos. Em seu relato, o interventor afirma que o Estado por si só dificilmente poderia reconquistar sua independência financeira sem um auxílio,



enfileirando dívidas que o orçamento não podia cobrir. Sua ênfase é na aplicação correta dos dispositivos no Amazonas. Realizando comparações trazendo números de despesas, arrecadações e saldos, ele analisa que os empréstimos eram extraordinários: “*Tenho para mim que a salvação financeira do Amazonas pelos seus recursos ordinários, dentro de suas possibilidades atuais, é materialmente impossível*” (Amazonas, 1925, p. 41).

No período de governo da Intervenção Federal, o movimento da renda arrecadada e das despesas foi eloquente com as possibilidades econômicas e financeiras do Estado, sustentando-se que “*as rendas do Amazonas, se arrecadadas com vigilância, aplicadas com economia e honestidade, são suficientes para suas despesas ordinárias, basta um homem idôneo em seu governo*” (Amazonas, 1925, p. 41). De acordo com o Diário Oficial, tal rigor administrativo representou um serviço inestimável:

Demonstrado que o estado do Amazonas, em que pese ao pessimismo de muitos, pode se governar, governa-se perfeitamente com seus próprios recursos, na verdade, suficientes para ocorrer as suas despesas ordinárias e, sobre estas, se promover o seu maior progresso material e se realizar a sua prosperidade. Com esses recursos, somente com eles, o Governo da Intervenção Federal, em um ano, manteve inteiramente em dia todo o pagamento do pessoal ativo, tendo ainda ele pago a metade do ano passado, de 1924 (de julho a dezembro), quem encontrou em atraso. (Diário Oficial do Estado do Amazonas, “*O Primeiro Aniversário do Governo da Intervenção*”, Anno XXXIII, nº 9215, 2 dez. 1925, p. 5).

Uma das medidas mais notáveis de sua atuação foi a proposta de reconciliar adversários políticos, promovendo um ambiente de cooperação e unidade entre os diversos grupos que se encontravam em oposição. Para alcançar esse objetivo ambicioso, ele se engajou em negociações com os líderes das facções políticas e dissidentes, propondo a fusão de todos os partidos em uma única entidade política.

O ato de moralizar a administração, ao invés de dismantelar o poder das elites, serviu para disciplinar as práticas periféricas e reforçar o controle do Executivo Federal sobre a base de recursos estaduais, garantindo que o novo pacto oligárquico fosse forjado sob a supervisão central e respeitando as novas regras de lucratividade e ordem.

Esse esforço culminou em um acordo histórico, oficializado em 12 de março de 1925, que marcou a repactuação oligárquica entre os partidos em benefício da reabilitação do estado do Amazonas. A assinatura desse acordo simbolizou a pacificação das tensões políticas da época, a iniciativa foi amplamente reconhecida como um passo para a recuperação da esfera política do Amazonas.



A coalizão partidária: união da família amazonense

Em vista de instituir um período de concordância e trabalho, iniciou com diretrizes de administração, esforços e negociações para conseguir um conagraçamento de que resultasse a fusão em um só partido das diversas correntes em que estava dividida a política, encontrando a colaboração dos políticos de maior responsabilidade que chefiavam as forças partidárias de organização regular existentes no Amazonas:

Não deve ser perdida a oportunidade para o registro de um acontecimento interessante, de iniciativa do Dr. Alfredo Sá: a pacificação política e social da família amazonense, desavinda há mais de um decênio, à época, ou seja, o lançamento no ostracismo de velhos chefes da tribo valorosa: eram eles Silvério Nery, Constantino Nery, Antônio Bittencourt e Pedro Bacelar, todos, antigos governadores do Amazonas, que se estimavam, mas não se avistavam. O Dr. Alfredo Sá, com sua autoridade moral e influência do cargo, reúne-os, obtendo deles a promessa de uma pacificação. Uma política de conagraçamento ressurgiu para o Amazonas, traduzido em paz, trabalho e progresso. Desse modo o ano de 1925, foi, para o Estado, o advento de uma vida nova, graças ao Dr. Alfredo Sá. Ainda aí se afirmaram, na mesma linha de devotamento e patriotismo, a vocação cívica e a equilibrada energia do Dr. Alfredo Sá. (Bittencourt, 1973, p. 58-60).

A repactuação oligárquica se firmou no Palácio Rio Negro, com uma solenidade de assinatura do acordo político cuidadosamente articulado pelo Interventor Federal, que se materializou na fusão do Partido Republicano Amazonense e da Aliança Republicana no Partido Republicano do Amazonas, prometendo uma nova fase de cooperação e entendimento entre essas forças políticas. Os líderes presentes reafirmaram seu compromisso com a estabilidade e o progresso, sinalizando uma era de repactuação oligárquica que moldaria o futuro político da região:

O acordo político que em março deste ano se positivou, reunindo não só partido coeso sob a mesma bandeira, forças políticas importantes, até então divergentes, na organização e na finalidade, foi fraternizada, assim, a família amazonense para uma era de energias construtoras e de trabalho reparador. (Diário Oficial do Estado do Amazonas, “*O Primeiro Aniversário do Governo da Intervenção*”, Anno XXXIII, nº 9215, 2 dez. 1925, p. 5).

O Jornal do Commercio, uma das principais vias de comunicação da época, dedicou uma cobertura completa à solenidade, publicando na íntegra os discursos proferidos. O evento foi aberto por Alfredo Sá, que subiu ao púlpito como o primeiro orador. Em seu discurso argumentou que esse momento marcava um ponto de inflexão, capaz de redefinir os rumos da sociedade local, prometendo um período de renovação e prosperidade baseado nos valores e objetivos acordados na repactuação oligárquica:



“todos nós, obreiros e executores deste pacto político, pacto de honra e de patriotismo devemos ter a consciência da responsabilidade do momento, solene e decisivo para os grandiosos destinos do Amazonas”. Conforme registrado pelo Jornal do Commercio (1925), o interventor afirmou ainda alegrar-se em ter realizado um desejo do presidente Arthur Bernardes quanto ao conagração da política amazonense.

Em seguida à declaração do Interventor, Silvério Nery fala em nome dos representantes federais do Amazonas, alegando que *“essa aproximação de políticos, ainda ontem, hostis e que hoje apertam as mãos significa uma era de bem-estar para a família amazonense e um movimento de apoio forte. Refletivo à administração honrada do Sr. Interventor Federal”* (Jornal do Commercio, 1925). Na mesma ocasião, o secretário de Estado Lincoln Prates propôs o envio de um telegrama ao presidente Arthur Bernardes para transmitir a *“auspiciosa notícia da fusão dos partidos organizados no Amazonas e a afirmação da intransigente e absoluta solidariedade com sua excelência por parte da nova situação”* (Jornal do Commercio, 1925).

No telegrama ficou evidenciado de maneira clara e detalhada que os dois antigos partidos, o Partido Republicano Amazonense, liderado pelo influente senador Aristides Rocha e contando com figuras proeminentes como os deputados Ephigênio Salles, Dorval Porto e Alcides Bahia, e o outro partido, conhecido como Aliança Republicana, sob a liderança do senador Silvério Nery e incluindo entre seus membros destacados o deputado Araújo Lima e Monteiro de Souza, decidiram se unir em uma fusão histórica. Essa fusão culminou na criação de um terceiro partido, o Partido Republicano do Amazonas, que simbolizaria a tão esperada unificação da família amazonense.

Foi então estabelecido um acordo político abrangente, composto por 18 cláusulas cuidadosamente elaboradas. Vamos destacar algumas dessas cláusulas para facilitar a compreensão da reorganização política que ocorreu, demonstrando como os antigos mecanismos de poder foram remodelados por aqueles que há muito almejavam o controle. Esse pacto não apenas reorganizou a estrutura de poder, mas também manteve muitos dos elementos tradicionais que permitiam a continuidade da influência dos mesmos grupos.

A segunda cláusula desse pacto estabelecia que o novo partido seria dirigido por uma comissão executiva responsável pela verificação de poder. Essa comissão seria composta por cinco membros, incluindo três deputados federais e dois senadores. Essa estrutura visava garantir uma supervisão rigorosa e uma liderança consolidada, mantendo o controle nas mãos de figuras políticas experientes e influentes.



A cláusula sete previa a realização de uma convenção composta por deputados e senadores federais, deputados estaduais e superintendentes municipais. A primeira comissão foi formada pelos senadores Silvério Nery e Aristides Rocha, e pelos deputados Dorval Porto, Ephigênio Sales e Monteiro de Souza. De acordo com a cláusula, esses membros deveriam escolher seus suplentes e, antes de se ausentarem da capital, reunir-se-iam para eleger seu presidente e secretário, além de discutir as necessidades e os assuntos relacionados à política do Estado e do Partido. Essa medida assegurava que a liderança do novo partido estivesse bem organizada e preparada para enfrentar os desafios políticos.

A décima primeira cláusula tratava da organização da chapa de candidatos a deputados para a Assembleia Legislativa do Estado. Ficou combinado que essa chapa seria formada por quinze nomes do antigo Partido Republicano Amazonense, dez nomes da antiga Aliança Republicana e cinco nomes indicados pelo Interventor Federal. Essa composição equilibrada tinha o intuito de refletir as diversas facções políticas e garantir a representação equitativa dos diferentes grupos dentro do novo partido.

A décima segunda cláusula, crucial para entender a reorganização desse processo, estabelecia que deveria ser eleito em breve um novo governador para o Estado, que assumiria a administração pública após a saída do Interventor Federal. Ficou acordado que o nome indicado pelo então Presidente da República seria aceito e sustentado pelo partido. Essa cláusula ressaltava a influência do governo central na política local e a necessidade de alinhamento entre as autoridades estaduais e federais.

Essas cláusulas demonstram que o acordo, na realidade, legitimava a permanência dos mesmos grupos no poder, sempre sob a orientação do governo central. Ao observar as relações predominantes no Amazonas durante o período, percebe-se que o critério de posição social, por si só, não era suficiente para definir a elite. A influência política e a capacidade de manipular as estruturas de poder eram igualmente importantes para manter o status e o controle na região.

Recorrendo ao conceito de lugares de memória de Pierre Nora (1993, p. 13), observa-se que a cerimônia estabeleceu um ponto de inflexão simbólico. Como aponta o autor, tais lugares nascem do sentimento de que é preciso "notariar atas" e organizar celebrações para manter viva uma versão específica do passado que não é mais natural. No caso amazonense, este lugar de memória tinha a função de apagar a memória recente das violentas disputas interoligárquicas e da Rebelião Tenentista. Ao declarar a "união da família amazonense", e com a consequente criação do Partido Republicano do Amazonas,



os líderes legitimavam a continuidade de seu domínio através da imagem de harmonia e ordem, reforçando o poder da elite por meio do discurso da reconciliação nacional. Dessa forma, a nova entidade política foi concebida com o objetivo de consolidar esforços e promover uma coesão inédita, visando fortalecer a representação e os interesses do Amazonas em um momento crucial para o futuro da região.

Na composição elitista amazonense da época, a capacidade de tomada de decisão também desempenhava um papel crucial nesse contexto. O posicionamento adotado pelos representantes políticos mediante ao cenário pós rebelião, que pôs em risco suas posições, os levaram a tomarem decisões que implicaram decisivamente na manutenção de seus privilégios, adotando estratégias para se manterem no centro do poder. Nessa perspectiva, Norberto Bobbio destaca que uma das responsabilidades da elite política é a capacidade de tomar e impor decisões que sejam válidas para todos os membros do grupo:

Por teoria das Elites ou elitista de onde também o nome de elitismo se entende a teoria segundo a qual, em toda sociedade, existe, sempre e apenas, uma minoria que, por várias formas, é detentora do poder, em contraposição a uma maioria que dele está privada. Uma vez que, entre todas as formas de Poder (entre aquelas que, socialmente ou estrategicamente, são mais importantes estão o poder econômico, o poder ideológico e o poder político), a Teoria das Elites nasceu e se desenvolveu por uma especial relação com o estudo das Elites políticas, ela pode ser redefinida como a teoria segundo a qual, em cada sociedade, o poder político pertence sempre a um restrito círculo de pessoas o poder de tomar e de impor decisões válidas para todos os membros de grupo, mesmo que tenha de recorrer à força, em última instância. (Bobbio, 1998, p. 385).

Sob essa ótica, a representação partidária nos primórdios da República pode ser compreendida como um mecanismo de agregação de interesses — políticos, econômicos ou sociais — voltado à garantia de privilégios (Tavares, 2011, p. 37). Essa dinâmica converge para a definição de Berstein (2003, p. 72), que visualiza o partido como uma "*reunião de homens em torno de um objetivo comum*" para a imposição de seu domínio. Os partidos políticos no Amazonas desempenharam constantemente esse papel, os acordos, as artimanhas e as relações de interesses recíprocos foram práticas comuns entre as representantes das elites políticas na manutenção de sua hegemonia.

Organizado sob bases seguras, o acordo ia sendo cumprido fielmente na capital e nos municípios, operando-se o "*amortecimento das paixões*" e rancores políticos. Assim, foi estabelecida a estrutura que permitiria a continuidade da intervenção direta do poder central no Estado do Amazonas. Os anos seguintes refletem o resultado desse



processo de organização e reestruturação de um poder que permaneceu nas mãos das mesmas pessoas e dos mesmos grupos dominantes:

Esse acordo que assinala um notável acontecimento da nossa vida política, (...) sob os auspícios do Interventor Federal, foi ele assignado, (...) aplaudiram porque nele viam uma garantia de duradoura união da família amazonense e um poderoso instrumento de prosperidade e de grandeza do Estado. (Mensagem à Assembleia Legislativa do estado em reunião extraordinária, 15 dez. 1925, p. 8).

Os rumos do Amazonas após coalizão

Concretamente, a intervenção federal permitiu que as facções políticas locais reconhecessem a ausência de unidade política, evidenciando sua fragilidade e dependência em relação ao poder central e à balança política dos estados mais fortes. Para o interventor federal, os desmandos das administrações anteriores haviam arrastado o Estado ao descrédito, tanto entre outros Estados quanto no exterior. Essa situação foi ainda mais agravada pela drástica queda dos preços da borracha, que era a principal fonte de riqueza do Amazonas.

Durante o período da intervenção, ficou evidente que, apesar das dificuldades e da crise econômica, o Amazonas possuía recursos financeiros suficientes para cobrir suas despesas ordinárias, demonstrando o potencial econômico do Estado para se recuperar e manter suas finanças equilibradas. Portanto, serviu não apenas para moralizar a administração pública, eliminando práticas corruptas e ineficientes, mas também para destacar a importância de uma gestão eficiente dos recursos estaduais.

Ao final dos 13 meses de intervenção, ficou claro que, com uma administração competente, o Amazonas poderia superar suas dificuldades e alcançar um novo patamar de estabilidade financeira e política. Esse período foi fundamental para revelar tanto as fragilidades quanto as potencialidades do Estado, demonstrando a necessidade de uma liderança capaz de implementar reformas estruturais. Assim, a intervenção não apenas tratou dos problemas imediatos, mas também lançou as bases para um futuro mais bem-administrado para o Amazonas.

Para finalizar sua missão, fiscalizou as eleições para governador do Estado, as quais foram realizadas em 1º de novembro de 1925 resultando na eleição quase unânime, onde Ephigênio Ferreira Salles foi novamente eleito governador, desta vez pelo Partido Republicano do Amazonas, o qual já era líder da bancada amazonense na câmara. Foi



escolhido como representante da conciliação entre os grupos políticos com o apoio do presidente Arthur Bernardes.

No dia 27 de dezembro de 1925, o Diário Oficial do Estado do Amazonas apresentou a nova comissão de governo que auxiliaria Ephigênio Salles nos anos seguintes. O secretariado foi composto pelo Dr. Manoel Osório de Sá Antunes (Secretário-Geral); Dr. Ajuricaba Aprigio de Menezes (Chefe de Polícia); Dr. José Francisco de Araújo Lima (Superintendente da Capital); Capitão José Victor Sobrinho (Diretor do Tesouro Público); e o Capitão do Exército Joaquim Vidal Pessoa (Comandante da Força Policial). Para a Instrução Pública, foi indicado o professor Agnello Bittencourt, enquanto a Secretaria-Geral, a Imprensa Pública e a redação do jornal oficial ficaram sob a responsabilidade do Coronel Pedro Freire, Dr. Álvaro Maia e Péricles de Moraes, respectivamente (Diário Oficial do Estado do Amazonas, 1925, p. 5).

Em seu discurso ao final da Mensagem à Assembleia Legislativa do estado em reunião extraordinária do dia 15 de dezembro de 1925, antes de retornar à Minas Gerais, depois de passar o governo ao Presidente constitucional eleito, o Dr. Ephigênio Ferreira de Salles, o Dr. Alfredo Sá despede-se. Em sua conclusão disserta acerca de sua dedicação à obra de reconstrução política, financeira e moral do Estado:

Dediquei-me com devotamento e com sacrifício da própria saúde à obra de reconstrução política, financeira e moral do Estado: operei a confraternização da família dos partidos políticos que aqui se defrontavam: acalmei os brados do povo que clamavam miséria: mitiguei as angústias do Tesouro e diminui o assédio dos credores. Em um ano de labor intenso, fui surdo às tentações e influências da política e às exigências partidárias, para bem servir à causa pública e não faltar à confiança com que me distinguiu o eminente senhor Presidente da República. (Mensagem à Assembleia Legislativa do estado em reunião extraordinária, 15 dez. 1925, p. 109).

Mais tarde, em dezembro de 1926, o ex-interventor foi escolhido para integrar a Comissão Executiva do prestigioso Partido Republicano Mineiro, demonstrando a continuidade de sua influência política. Logo em seguida, ele foi indicado como companheiro de chapa do Dr. Antônio Carlos Ribeiro de Andrade, para o cargo de vice-presidente de Minas Gerais. Em um ato simultâneo, também foi designado para uma cadeira no Senado mineiro. Teve sucesso em ambas as candidaturas, resultando em uma eleição consagrada que refletiu seu prestígio e capacidade de liderança.

Com o passar dos anos, sua trajetória política continuou a ser marcada por realizações significativas, consolidando sua posição como uma figura respeitada e influente. Mesmo em idade avançada, ele manteve seu compromisso com o serviço



público. Contando mais de oitenta anos, ele faleceu no Rio de Janeiro em 12 de julho de 1960, deixando um legado na história política do Amazonas, Minas Gerais e do Brasil, com seu impacto significativo no cenário político nacional.

Como conclui Eloína dos Santos (1990, p. 93-94), a moralização pública encontrou receptividade na Intervenção Federal, vista amplamente como uma solução eficaz para os problemas decorrentes da acirrada luta oligárquica local. A nomeação de Alfredo Sá como interventor federal trouxe uma nova dinâmica, pois ele era um elemento externo, sem vínculos diretos com a região e, portanto, considerado mais imparcial e capaz de implementar reformas necessárias sem ser influenciado pelos interesses locais enraizados.

No entanto, apesar de inicialmente parecer uma resposta adequada aos desafios enfrentados pelo Amazonas, acabou por reforçar e beneficiar certos grupos elitistas. Esses grupos, que tinham sua própria agenda política, souberam aproveitar a presença do interventor federal para consolidar e expandir sua influência, se posicionando estrategicamente, mantendo boas relações com o poder central para garantir seus interesses.

As facções em luta no Amazonas perceberam que manter um relacionamento favorável com o governo central era crucial para seus objetivos. O controle do poder local era seu principal interesse, e a intervenção de Alfredo Sá, embora moralizadora em sua essência, acabou servindo como um meio para esses grupos fortalecerem sua posição.

Destarte, a Intervenção Federal, em vez de eliminar as rivalidades oligárquicas, adaptou-se às complexas realidades políticas do Estado, permitindo que os grupos dominantes continuassem a exercer seu controle, agora sob a nova configuração trazida pela moralização e pela reorganização administrativa. A análise final nos permite entender que, mesmo quando as intenções de reforma parecem manifestas, os resultados podem ser moldados pelas forças políticas já em ação, resultando em desfechos que perpetuam certos padrões de poder, enquanto tentam resolver outros. É uma constatação da complexidade inerente às intervenções políticas e da necessidade de uma abordagem cuidadosa e consciente ao avaliar seu impacto e suas repercussões a longo prazo.

Considerações finais

Inicialmente, a crise enfrentada pelo Amazonas foi significativamente agravada pela queda dos preços da borracha no mercado internacional, o que acentuou a disputa



entre as facções políticas locais, caracterizadas por lideranças desgastadas e conflitos constantes pelo controle político e econômico, exacerbando as tensões e a instabilidade na administração estadual.

A interventoria liderada por Alfredo Sá surgiu como uma resposta estratégica à exaustão desse modelo oligárquico. Como um agente externo sem vínculos diretos com a região, Sá personificou o discurso da moralização e da reforma, representando um período de transição sob a égide do poder central. Apesar dos desafios que encontrou, conseguiu implementar reformas significativas contra o cenário de desmonte em que perecia o Estado, evidenciando que o Amazonas possuía potencial para se autossustentar, comprovando que a desorganização anterior era fruto de uma gestão deficitária e não da ausência de recursos.

O feito central dessa intervenção foi o acordo político assinado em 12 de março de 1925, uma repactuação oligárquica que resultou na formação de um partido único, voltado à reabilitação do Amazonas. Esse pacto refletiu a estratégia das facções locais de alinhar-se ao poder central para garantir a manutenção de seu controle regional. Mais do que atender aos interesses imediatos, revelou a resiliência da elite política e a interdependência entre as negociações partidárias, servindo como barreira contra rupturas e consolidando o discurso de "restauração da ordem". Assim, o governo de Alfredo Sá atuou como o mediador necessário para manter a coesão das elites, selando um compromisso de continuidade e reforçando os mecanismos tradicionais de dominação. Esse pacto permaneceu em vigor, com pequenas modificações, até a Revolução de 1930.

Para compreender a complexidade das disputas políticas durante a Primeira República, torna-se essencial reconhecer o papel ativo dos agentes locais frente ao contexto nacional. A análise das motivações e estratégias desses políticos exige uma abordagem que integre múltiplas dimensões, elucidando como as dinâmicas regionais e as diretrizes do governo federal interagiram em um período de profunda instabilidade. Dessa forma, observa-se que o contexto local não foi meramente passivo, mas protagonista na moldagem de novas configurações de poder que visavam a sobrevivência das estruturas oligárquicas em meio às mudanças do cenário brasileiro.

Em suma, intencionamos preencher a lacuna existente sobre um período tão emblemático do Amazonas. Espera-se que, ao atender ao pedido que se fez no primeiro aniversário do governo da intervenção – *“Aos historiadores futuros ficará a tarefa de assinar no devido relevo esta fase singular da vida política e administrativa do Estado”*



(Diário Oficial do Estado do Amazonas, 1925, p. 5) –, o artigo contribua para uma melhor compreensão e valorização desse capítulo da história política amazonense.

Data de Submissão: 30/04/2025

Data de Aceite: 11/03/2026

Referências Bibliográficas

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa Brasil, 1900-2000**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

_____. **Jornalistas, “senhores da memória”?**. Trabalho apresentado no IV Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom. XXVII Congresso Brasileiro De Ciências da Comunicação. PUCRGS. Porto Alegre, 2004.

BERSTEIN, Serge. **Os partidos**. In: REMOND, René (org). Por uma história política Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

BITTENCOURT, Agnelo. **Dicionário Amazonense de Biografias. Vultos do Passado**. Rio de Janeiro, Conquista, 1973.

BOBBIO, Noberto. **Dicionário de política**. Tradução: Carmen C. Varriale. 11. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998.

BRAGA, Robério. **Oligarquias políticas no Amazonas e outros estudos**. Manaus: Reggio/Academia Amazonense de Letras, 2022.

_____. **Manaós...Manaos..Manaus**. Manaus: Reggio Edições, 2013.

CARONE, Edgard. **A República Velha I: instituições e classes sociais (1889-1930)**, São Paulo, DIFEL, 4º edição, 1978.

FEITOSA, Orange Matos. **À Sombra dos Seringais: Militares e civis na construção da ordem republicana no Amazonas (1910-1924)**. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

_____. **Sob o Império da Nova Lei: O amanhecer da República (1892-1893)**. Manaus Fundação Encontro das Águas, 2008.

FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. **A crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta**. Rio de Janeiro: CPDOC, 26f, 2006.

MARTINS, Ana Luiza. **O despertar da República**. São Paulo: Contexto, 2001.



NORA, Pierre. **Entre Memória e História. A problemática dos lugares.** Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento, São Paulo: Educ, 1993.

PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. **Introdução ao estudo da História: temas e textos.** Porto Alegre: Edição do autor, 2013.

REMOND, René (org). **Por uma história política.** Tradução: Dora Roche 2ª ed. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2003.

SANTOS, Eloína Monteiro dos. **A revolução de 1924 em Manaus.** Manaus: Valer, 2001.

TAVARES NETO, João Rozendo. **A república no Amazonas: disputas políticas e relações de poder (1888-1896).** Manaus: UFAM / Instituto De Ciências Humanas e Letras, 2011.

WEINSTEIN, Bárbara. **A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920).** São Paulo: Hucitec/EDUSP, 1993.

ZICMAN, Renée Barata. **História através da Imprensa: algumas considerações metodológicas.** Projeto História, São Paulo, v. 4, 1985.

Fontes

Amazonas. Interventor Federal do Amazonas, Alfredo Sá. Mensagem à Assembleia Legislativa do Estado em reunião extraordinária. Imprensa Oficial Amazonense, Manaus, 15 dez. 1925.

Diário Oficial do Estado do Amazonas. Imprensa Oficial Amazonense, Anno XXXIII, nº 9031 Manaus, 1925.

_____. Imprensa Oficial Amazonense. Anno XXXIII, nº 9214, Manaus, 1925.

_____. Imprensa Oficial Amazonense. Anno XXXIII, nº 9215, Manaus, 1925.

_____. Imprensa Oficial Amazonense. Anno XXXIII, nº 9216, Manaus, 1925.

_____. Imprensa Oficial Amazonense. Anno XXXIII, nº 9235, Manaus, 1925.

_____. Imprensa Oficial Amazonense. Anno XXXIII, nº 9238, Manaus, 1925.

Decretos do Governo da Intervenção Federal do Amazonas, 2 de dezembro de 1924 a 31 de dezembro de 1925. Acervo digital da Secretaria de Cultura. Acesso em: 1 jul. 2024.

Jornal do Commercio. Acervo digital Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Anno XXI, nº 7.256, 5 de ago. 1925. Acesso em: 1 jul. 2024.

_____. Acervo digital Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Anno XXII, nº 7.505, 1925. Acesso em: 1 jul. 2024.